

O COMPLEXO PORTUÁRIO DO AÇU E SUA INFLUÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO EM SÃO JOÃO DA BARRA, RJ

Richard Henriques de Castro¹

Rosélia Piquet²

RESUMO

O anúncio da implantação de um porto no município de São João da Barra (SJB), na Região Norte Fluminense (NF), em 2006, gerou grande expectativa em torno do empreendimento, relacionando-o ao desenvolvimento e crescimento econômico da região. Este trabalho analisa como a implantação do Complexo Portuário do Açú (CPA), caracterizado como um Grande Projeto de Investimento (GPI), tem influenciado na transformação do mercado de trabalho formal no município de SJB. A análise baseia-se em: (i) pesquisa sobre os dados que suportem a quantificação da evolução do emprego no município de SJB; (ii) estabelecimento das transformações ocorridas no mercado de trabalho de SJB entre os anos de 2006 e 2017. As análises são baseadas em pesquisas bibliográficas, documental e levantamentos de dados secundários obtidos nos registros administrativos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). O recorte temporal adotado é o período de 2006, último ano antes do início da implantação do CPA, e 2017, ano que marca um período de dez anos após o início das obras. Os resultados mostram que a implantação do CPA provocou alterações significativas na estrutura do mercado de trabalho formal, modificando os perfis do emprego no município estudado.

Palavras-chave: Emprego; Grandes Projetos de Investimento; Porto do Açú; São João da Barra; Desenvolvimento.

THE AÇU PORT COMPLEX AND ITS INFLUENCE ON THE LABOR MARKET IN SÃO JOÃO DA BARRA, RJ

ABSTRACT

The announcement, in 2006, of the implementation of a port in the municipality of São João da Barra (SJB), north of the state of Rio de Janeiro, Brazil, caused great expectations around this enterprise, associating it to the development and economic growth of the region. The following work discusses to what extent the implementation of the *Complexo Portuário do Açú* (Açú Port Complex), characterized as a large investment project (LIP), has influenced changes in the formal labor market in the municipality of São João da Barra. This is an analysis based on (i) a research on data that corroborates the quantification of the evolution of employment in the referred municipality; (ii) the establishment of the transformations occurred in its labor market between the years 2006 and 2017. The analyses work on the basis of bibliographic and documentary researches and surveys on secondary data collected in the administrative records of the *Relação Anual de Informações Sociais* (RAIS) (Annual Social Information Report). The period selected is 2006, the last year before starting the implementation of the

¹ Mestre em Planejamento Regional e Gestão da Cidade – pelo Programa de Mestrado e Doutorado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade, Universidade Candido Mendes – UCAM-Campos. E-mail: richard.f.castro@hotmail.com

² Doutora em Teoria Econômica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Pesquisadora 1 A do CNPq. Coordenadora e Professora dos Programas de Mestrado e de Doutorado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade da Universidade Candido Mendes – UCAM-Campos. E-mail: ropiquet@terra.com.br



Complexo Portuário do Açú, and 2017, year that represents a period of ten years after the beginning of the construction work. Findings suggest the implementation of the *Complexo* caused significant structural alterations in the formal labor market, changing job profiles in the municipality in question.

Keywords: Job; Large investment project; Porto do Açú; São João da Barra; Development.

JEL: O18; J21.

1 INTRODUÇÃO

O anúncio da implantação de um porto com previsão de instalação, em sua retroárea, de siderúrgicas, cimenteiras, termelétricas, estaleiro, indústrias de apoio *offshore* e unidade de tratamento e armazenamento de petróleo, no município de São João da Barra/RJ³, em dezembro de 2006, gerou grande expectativa em torno do empreendimento quanto ao desenvolvimento e crescimento econômico local, especialmente no tocante à geração de emprego e renda.

O CPA, originalmente um empreendimento do Grupo EBX, de propriedade do empresário brasileiro Eike Batista, passa a ser desenvolvido e operado, a partir de 2014, pela Prumo Logística. A Prumo é controlada pelo EIG Global Energy Partners, fundo americano que atua nos setores de energia e infraestrutura e que detém 91,7% do seu capital. Sua estrutura societária conta ainda com o sócio Mubadala Development Company, investidor que emprega capital em várias regiões, classes de ativos e setores em benefício dos Emirados Árabes Unidos e que detém 6,9% do capital. Além deste, acionistas minoritários, proprietários de 1,4% do capital, participam da sociedade.

Com área total de 130 km², o CPA está situado na Região Sudeste do País; sua localização lhe confere diferenciais estratégicos pela aproximação com os portos de Santos, Vitória e Rio de Janeiro. Na atualidade, estrutura-se como polo de apoio à indústria de petróleo e gás, além de servir como alternativa logística para escoar a produção de minério de ferro do estado de Minas Gerais.

³ O município de São João da Barra encontra-se geograficamente localizado na Região Norte do estado do Rio de Janeiro, junto ao Oceano Atlântico, tendo, como municípios vizinhos, Campos dos Goytacazes, ao Sul, e São Francisco de Itabapoana, ao norte. São João da Barra conta com uma área de unidade territorial de 455 km², correspondendo a 4,7% da área total da Região Norte do Estado. A população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para 2018, foi de 36.138 habitantes (IBGE, 2018).

O Porto do Açú dista, aproximadamente, 123 km da Bacia de Campos, mantendo também proximidade com as Bacias do Espírito Santo e de Santos. Sua localização lhe confere melhores condições de acesso marítimo e apoio logístico às empresas petrolíferas que atuam na região, o que se torna um importante atrativo para empresas relacionadas à indústria do petróleo se instalarem no complexo.

Em sua estrutura, o Porto do Açú, que é um porto 100% privado, dispõe de nove terminais. Destacam-se o Terminal 1 (*offshore*), em operação desde outubro de 2014, dedicado à movimentação de minério de ferro e petróleo; e também o Terminal 2 (*onshore*), onde se opera a movimentação de cargas gerais. Por suas características de localização, de infraestrutura e estratégicas, o CPA já conta com grandes empresas instaladas em suas dependências, colocando-se como um importante gerador de empregos na região.

O CPA, por suas dimensões, pode ser caracterizado como um Grande Projeto de Investimento (GPI). Os GPIs tiveram o seu auge no Brasil na década de 1970, através de volumosos investimentos viabilizados pelo governo federal na formação da infraestrutura de transporte, comunicação e indústria básica. Resultados de decisões tomadas na esfera nacional e/ou internacional, desvinculados da realidade do local de sua implantação, desencadeiam diversas mudanças econômicas, políticas e sociais.

Ao se instalar um GPI em um município de pequeno porte, como São João da Barra, com população inferior a 30.000 habitantes, onde, no ano de 2006, ano que antecede o início das obras de implantação do CPA, apenas 8,6% dos trabalhadores formais completaram o ensino superior e 85% deles obtinham renda mensal de até três salários mínimos, seria possível afirmar, com base na literatura sobre o tema, que seus impactos não seriam poucos.

Diante disso, o objetivo deste artigo é analisar como a implantação do CPA tem influenciado na transformação do mercado de trabalho formal no município de São João da Barra. Para tanto, além do levantamento da literatura que versa sobre os GPIs, será apresentada uma análise baseada, principalmente, em dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)⁴ sobre o estoque de emprego formal, além da renda e do perfil de escolarização do trabalhador formal sanjoanense. Será considerado o recorte temporal que compreende o ano de 2006, último ano antes do

⁴ Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) instituída pelo Decreto nº 76.900, de 23/12/75. <http://www.rais.gov.br>

início da implantação do CPA, e 2017, último ano para o qual se dispõe de dados, que marca um período de dez anos de obras e operação do CPA.

2 GRANDES PROJETOS DE INVESTIMENTOS

Os Grandes Projetos de Investimento (GPIs) tiveram o seu auge, no Brasil, na década de 1970, mais especificamente na segunda metade desta década, quando assumiu a presidência do País o General Ernesto Geisel. Com o objetivo de conter a perda do dinamismo que a economia brasileira enfrentava no ano de 1974, o novo governo colocou em marcha o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), lançando o “Projeto Brasil: Grande Potência no Final do Século”. Esse plano buscava, entre outros objetivos, “corrigir o desbalanceamento da matriz industrial brasileira”, e, como consequência, a elevação da capacidade produtiva do País. Com uma pauta baseada em grandes projetos diretamente formulados e implantados pelo setor público, o II PND concentrou volumosos investimentos nos setores de hidroeletricidade, metais não ferrosos, produtos químicos, papel e celulose, siderurgia, petróleo e comunicação (PIQUET, 2007, p. 57).

As décadas de 1980 e 1990, contrariamente, foram marcadas pelo endividamento do Estado, pela estagnação da economia, pela aceleração do processo inflacionário e pela liberalização do comércio exterior, o que causou sérios danos à indústria brasileira. Os governos ocuparam-se, prioritariamente, com o enfrentamento da dívida externa e o controle das taxas inflacionárias, e colocaram em segundo plano as discussões sobre crescimento de longo prazo, resultando na queda dos investimentos. O novo quadro econômico, político e institucional que se formou no País, influenciado pelo ideário neoliberal, inaugurou uma nova fase que teve como prioridade a desestatização.

Somente a partir dos anos 2000, a retomada dos investimentos voltou a fazer parte do debate econômico como tema relevante. Desta feita, além dos investimentos nos setores de petróleo e gás, siderurgia, celulose, energia elétrica, telecomunicações, portos e ferrovias, os investimentos também foram alocados na construção residencial, inclusive habitação popular, e na oferta de infraestrutura urbana e de saneamento para suprir carências geradas em gestões anteriores (PIQUET, 2007, p. 121).

Os GPIs são resultados de decisões tomadas na esfera nacional e/ou internacional, com metas setoriais de abrangência nacional, que significaram a elevação do País a um novo patamar de produção interna. Surgem desvinculados das condições socioeconômicas das regiões em que são implantados, no entanto, são percebidos como o caminho eficaz para “garantir a difusão do progresso técnico e a superação das desigualdades regionais” (PIQUET, 2007, p. 18).

Para Vainer e Araújo (1992, p. 33), “[...] às regiões de implantação, de modo geral, tem restado a desestruturação das atividades econômicas preexistentes, o crescimento desordenado da população, desemprego, favelização, marginalização social, e, quase sempre, degradação ambiental.” Vainer e Araújo (1992, p. 35) citam ainda que “esses enclaves são implantados na região, não nascem de seu processo de desenvolvimento, não expressam as forças – sociais, políticas, econômicas – endógenas”.

De acordo com Piquet (2007, p.19), nos estudos sobre os impactos regionais e territoriais que os GPIs desencadeiam, prevalecem as “análises que buscam contrapor as experiências concretas aos objetivos proclamados nos projetos básicos que lhes deram origem”. De modo geral, o resultado dessas análises tem sido desfavorável às regiões e às populações locais. Destaca, contudo, que os processos de mudanças provocados pelos empreendimentos podem ser significativamente diferentes, de acordo com a atividade desenvolvida e o grau de consolidação da região em que estão implantados, em zona fronteiriça ou em zona consolidada.

Em relação aos impactos na Estrutura do Emprego, este que é o campo de maior interesse deste estudo, segundo Vainer e Araújo (1992, p. 35), em alguns casos, como as construções das grandes hidrelétricas, o esvaziamento das áreas que serão transformadas em reservatórios e canteiros de obras provocam o deslocamento compulsório de grande contingente de pessoas. Ao abandonar suas terras, esses indivíduos tornam-se desempregados e, mesmo que sejam acolhidos em reassentamentos providenciados por alguns empreendimentos, normalmente fruto de resistência e luta dos deslocados, uma parte considerável de pessoas “tende a se dirigir para os centros urbanos regionais ou nacionais, na ilusão de que as indenizações embolsadas permitirão recomeçar a vida em situação favorável”.

Mesmo em projetos que não exigem deslocamentos compulsórios, o impacto sobre a estrutura do emprego também é negativo. A oferta de numerosas

oportunidades de emprego atrai, além dos imigrantes, os moradores locais. Vainer e Araújo (1992, p. 36) citam que “muitos são aqueles que abandonam a ocupação anterior – particularmente a agricultura – à busca de uma colocação que assegure, mesmo que temporariamente, níveis de remuneração e garantias trabalhistas superiores aos prevalecentes”.

Com a conclusão das obras de implantação vem a desmobilização de grande parte da força de trabalho, em especial os trabalhadores menos qualificados, e a criação de um grande contingente de desempregados, que afeta indistintamente nativos e imigrantes. A depender do volume e ritmo das obras, é possível que as atividades produtivas locais sejam desarticuladas a tal ponto que se tornem incapazes de reabsorver a mão de obra que antes empregava.

Para Piquet (2007, p. 20), o novo empreendimento, quando entra em operação, baseado na aplicação de novas técnicas de produção, passa a absorver predominantemente mão de obra mais qualificada, provocando uma “dicotomia ainda mais profunda”. Os benefícios gerados pelo empreendimento “permanecem concentrados no circuito econômico no qual o projeto constitui um segmento, não se difundindo para a região”. O excedente da força de trabalho desmobilizada ao fim das obras civis “se desloca para a periferia e passa a realizar atividades improdutivas ou a engrossar os segmentos marginalizados”.

Mesmo entre os autores mais críticos, existe um certo consenso que, sob o ponto de vista das metas econômicas setoriais, os GPIs, via de regra, alcançam seus objetivos. Mas, para Vainer e Araújo (1992, p. 39), “do ponto de vista regional, da dinamização da economia das regiões de implantação do GPI, o balanço é altamente negativo”.

Para Piquet (2007, p. 20), no entanto, inicia-se um movimento de desenvolvimento de novas atividades produtivas, quando os centros urbanos próximos passam pela modernização de seus “equipamentos e redes de serviços”. Gradativamente, novas empresas se instalam no entorno do empreendimento e uma nova rede de prestadores de serviço é formada visando fornecer o apoio necessário para a operação da grande corporação. Sob uma perspectiva positiva, Piquet destaca que “dessa maneira, as oportunidades de trabalho tornam-se mais numerosas e

diversificadas, graças à implantação de serviços muitas vezes sofisticados e que proporcionam um padrão urbano superior”.

Cabe aclarar que Vainer e Araújo dedicaram-se ao estudo dos impactos da implantação de barragens. Piquet, por sua vez, estudou os impactos relacionados à implantação de grandes mineradoras, siderúrgicas e produção de celulose. E cada um desses autores, e outros que pesquisam GPIs, constrói suas conclusões baseado em exemplos empíricos que provocam impactos locais diferentes, específicos, inerentes às características de cada tipo de empreendimento.

3 O MERCADO DE TRABALHO FORMAL EM SJB

De acordo com os dados da RAIS, o mercado de trabalho formal brasileiro apresentou, em 2017, um total de 46,3 milhões de empregados. Embora este número represente um leve crescimento (0,48%) sobre o estoque de empregos formais de 2016, que foi de 46,1 milhões de empregados, quando comparado ao estoque de empregos de 2014, maior volume da série histórica estudada, com 49,6 milhões de empregados, significa uma queda de 6,64%, correspondente à perda de 3,29 milhões de vínculos empregatícios. Tal quadro reflete a severidade do impacto da crise econômica iniciada em 2014 sobre o mercado de trabalho brasileiro, cujo ápice ocorreu em 2016.

No Estado do Rio de Janeiro (ERJ), considerando o movimento no estoque de empregos formais, os efeitos negativos da crise econômica mostraram-se ainda mais profundos. O estoque de 4,05 milhões de empregos formais existentes em 2017 representa um decréscimo de 2,76% versus o estoque existente em 2016, que era de 4,16 milhões; e uma redução de 12,6% quando comparado ao estoque de empregos de 2014, o que significa uma perda de 597 mil vínculos empregatícios no estado.

Em números, o NF, que também teve seu pico de vínculos empregatícios em 2014, com 281 mil empregados, apresentou queda em todos os anos seguintes (2015, 2016 e 2017). O estoque total de empregos de 2017 é 6,56% menor do que o existente em 2016 e 19,16% menor do que o estoque de empregos existentes em 2014. Neste período, de 2014 para 2017, houve redução de 54 mil empregos formais, sendo que, destes, aproximadamente 34 mil foram em Macaé.

Mesmo em um cenário de redução dos postos de trabalho formais, como apresentado acima, SJB, município sede do CPA, apresentou crescimento de 7,71% no seu estoque total de empregos formais do ano de 2016 para o ano de 2017.

Após essa breve descrição sobre o movimento quantitativo ocorrido recentemente no mercado de trabalho formal brasileiro, estadual e regional, a análise seguirá no sentido de atender ao objetivo deste estudo.

De acordo com a Tabela 1, considerando o estoque total de empregos formais no ano de 2017 versus o existente no ano de 2006, observa-se que SJB apresenta crescimento de 126%, que é destacadamente superior ao encontrado nos demais municípios do NF. Este percentual significa um acréscimo de 5.013 novos empregos formais. Adicionalmente, a comparação da evolução do estoque de empregos formais em SJB com o ocorrido no ERJ e no Brasil mostra uma evolução bastante superior no caso de SJB, o que sugere a existência de uma força local impulsionando um movimento diferente daquele que acontece no mercado de trabalho nacional e estadual.

Campos dos Goytacazes, município onde se concentraram 38% dos empregos formais do NF em 2017, considerado município-polo da região, mesmo sendo limítrofe a São João da Barra, apresenta crescimento de apenas 1,3% no seu estoque de empregos formais, comparando o estoque total de 2017 com o estoque total de 2006. Este baixo índice de crescimento sugere que, até o momento, seu mercado de trabalho não sofreu influência proveniente da instalação do CPA, contrariando, até aqui, em termos de geração de empregos, o que era divulgado durante o lançamento do Porto do Açú, onde as notícias jornalísticas faziam a seguinte afirmativa: “Porto do Açú vai mudar a história de toda a economia do Norte Fluminense” (MAIA, p. 82).

Tabela 1 – Estoque de Empregados Formais – NF, ERJ e Brasil

Município	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Evolução 2017/2006 (%)
São João da Barra	3.994	4.360	5.312	5.715	7.397	8.426	8.873	9.891	10.415	10.449	8.362	9.007	126
Conc. de Macabu	1.806	1.913	1.713	2.607	2.270	2.371	2.465	2.735	2.764	2.795	2.727	2.707	50
Carapebus	1.655	1.700	1.361	1.774	2.301	2.515	1.451	2.486	2.053	2.254	1.852	2.388	44
São Franc. de Itabapoana	2.339	2.309	2.371	2.583	2.403	2.562	2.571	3.586	3.426	3.452	3.412	3.373	44
Macaé	85.297	92.929	103.159	106.347	115.775	132.709	141.734	144.627	147.840	138.950	126.871	113.996	34
Cardoso Moreira	1.193	1.249	1.112	1.361	1.457	1.559	1.466	1.632	1.705	1.623	1.455	1.574	32
Quissama	2.749	2.801	2.800	2.799	3.356	3.373	3.356	4.097	3.720	3.458	3.114	3.528	28
São Fidélis	4.695	5.070	5.332	4.576	4.801	5.180	4.497	4.867	5.643	5.149	4.852	5.110	8,8
Campos dos Goytacazes	84.224	99.242	88.230	76.875	87.380	92.110	93.541	98.220	103.218	98.870	90.282	85.303	1,3
NF (x1.000)	188	212	211	205	227	251	260	272	281	267	243	227	21
ERJ (x1.000)	3.374	3.666	3.712	3.851	4.080	4.349	4.462	4.587	4.641	4.449	4.159	4.045	20
Brasil (x1.000)	35.155	37.607	39.442	41.208	44.068	46.311	47.459	48.948	49.572	48.061	46.060	46.282	32

Fonte: Dados do Ministério do Trabalho (RAIS).

3.1 ANÁLISE DO EMPREGO FORMAL POR SUBSETOR ECONÔMICO – IBGE

Para avançar no conhecimento sobre o comportamento do emprego em SJB, faz-se necessário analisar a composição do emprego de acordo com os Subsetores Econômicos – IBGE, cujas definições seguem a Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE)⁵. Esta desagregação dos dados possibilita a identificação, de forma específica e detalhada, das áreas da economia que mais contribuíram para o aumento do estoque de empregos formais no município estudado.

A Tabela 2 foi construída considerando os 25 subsectores em atividade no município de SJB, no período estudado, de acordo com a RAIS. Nesta análise, duas dimensões são consideradas na interpretação dos dados: uma delas é a importância do setor econômico na composição do estoque total de empregos; a outra é o grau de crescimento do número de empregos no setor. Desta maneira, busca-se analisar mais detalhadamente os setores que contribuíram mais fortemente para a formação do estoque de empregos totais e que também apresentaram, no período, significativo aumento em seu número de postos de trabalho.

⁵ Classificação Nacional de Atividades Econômicas, versão 2.0 – CNAE 2.0. Gestor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Base Legal: Resolução Concla 01/2006 publicada no Diário Oficial em 05/09/2006. <https://concla.ibge.gov.br>. A Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) é a classificação oficialmente adotada pelo Sistema Estatístico Nacional e pelos órgãos federais gestores de registros administrativos.

De acordo com os dois critérios listados acima, os oito subsetores citados na Tabela 2 são os mais relevantes e, portanto, merecerão maior atenção no estudo. Juntos, estes oito subsetores foram responsáveis por 90% do estoque total de empregos formais de SJB no ano de 2017. Em 2006, ano que antecedeu o início das obras de implantação do Porto do Açú, representavam 75%.

Tabela 2 - Empregados Formais – Subsetor Econômico IBGE – São João da Barra

Subsetor Econômico IBGE	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Particip. em SJB 2006 (%)	Particip. em SJB 2017 (%)	Evolução 2017/2006 (%)
Indústria Química	5	0	4	0	4	3	88	465	848	904	805	1.067	0,1	12	21.240
Extrativa Mineral	2	4	1	0	0	1	1	6	8	214	170	263	0,1	2,9	13.050
Transporte e Comunicações	18	21	61	109	114	143	162	355	201	699	941	1.153	0,5	13	6.306
Adm Técnica Profissional	44	50	63	84	143	473	312	299	256	330	376	1.139	1,1	13	2.489
Aloj Comunic	190	209	277	287	358	428	538	611	580	591	470	411	4,8	4,6	116
Comércio Varejista	444	440	517	545	600	648	664	726	787	903	727	724	11	8,0	63
Administração Pública	1.997	2.129	2.211	2.252	3.583	3.001	2.636	3.078	3.970	3.730	2.782	3.082	50	34	54
Construção Civil	281	592	1.292	1.590	1.747	2.819	3.133	3.294	2.676	2.068	1.129	285	7,0	3,2	1,4
Subtotal	2.981	3.445	4.426	4.867	6.549	7.516	7.534	8.834	9.326	9.439	7.400	8.124	75	90	273
Demais Subsetores	1.013	915	886	848	848	910	1.339	1.057	1.089	1.010	962	883	25	10	-13
São João da Barra	3.994	4.360	5.312	5.715	7.397	8.426	8.873	9.891	10.415	10.449	8.362	9.007	100	100	126

Fonte: Dados do Ministério do Trabalho (RAIS).

3.1.1 Subsetor econômico Indústria Química

O subsetor da Indústria Química, de acordo com a CNAE 2.0, compreende a produção de gases industriais, fertilizantes, resinas e fibras e outros produtos químicos, inclusive a fabricação de produtos petroquímicos básicos e intermediários.

Na Tabela 3, pode-se comprovar que este setor se destaca pelo alto crescimento na oferta de postos de trabalho no município de SJB. Entre os anos de 2006 e 2011, este setor era praticamente inexistente, variando entre 0 e 5 empregados. Começou a contratar em 2012, mas foi em 2014, ano que o CPA entrou em operação, que este setor atingiu um total de 848 empregos.

Em 2017, empregou 1.067 trabalhadores, sendo responsável por 12% do estoque total de empregos em SJB, uma representatividade muito superior à encontrada na região, no estado e no País.

Tabela 3 – Estoque de Empregados Formais – Subsetor Econômico Indústria Química

Indústria Química	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Part. no estoque local 2006 (%)	Part. no estoque local 2017 (%)	Evolução 2017/2006 (%)
S. J. da Barra	5	0	4	0	4	3	88	465	848	904	805	1.067	0,1	12	21.240
Reg. NF	483	409	432	663	936	903	1.218	1.583	2.023	1.561	1.207	1.466	0,3	0,6	204
ERJ (x1.000)	51	52	56	56	70	73	75	76	76	71	65	60	1,5	1,5	16
BR (x1.000)	674	690	716	730	903	920	935	952	951	896	865	864	1,9	1,9	28

Fonte: Dados do Ministério do Trabalho (RAIS).

Percebe-se que se trata de um movimento localizado, fortemente influenciado pela presença do CPA, que inaugura, de fato, este subsetor econômico na região.

3.1.2 Subsetor econômico Extrativa Mineral

O subsetor econômico Extrativa Mineral, que se insere na seção “Indústria Extrativa”, de acordo com a CNAE 2.0, compreende as atividades de extração de minerais em estado natural: sólidos (carvão e outros minérios), líquidos (petróleo cru) e gasosos (gás natural), além dos serviços industriais e as atividades especializadas de apoio à exploração mineral.

Ao observar a Tabela 4, nota-se que o incremento de postos de trabalho nesse subsetor ocorreu após o início das operações do CPA, que, como já citado acima, deu-se em outubro de 2014. Este subsetor econômico variou entre 0 e 8 empregados entre os anos de 2006 e 2014, saltando para 214 empregados em 2015, e atingindo seu maior volume em 2017, com 263 empregados.

Comparando o movimento deste subsetor em SJB com o ocorrido no NF, no ERJ e no Brasil, fica claro que também se tratou de um movimento localizado, impulsionado pela implantação do CPA.

Tabela 4 – Estoque de Empregos Formais – Subsetor Econômico Extrativa Mineral

Extrativa Mineral	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Part. no estoque local 2006 (%)	Part. no estoque local 2017 (%)	Evolução 2017/2006 (%)
S. J. da Barra	2	4	1	0	0	1	1	6	8	214	170	263	0,1	2,9	13.050
NF (x1000)	19	20	23	25	27	27	30	31	29	27	22	20	10	8,9	6,9
ERJ (x1.000)	38	34	46	50	41	46	50	51	50	45	37	35	1,1	1,1	-9,3
BR (x1.000)	183	185	205	209	211	231	259	261	258	240	221	212	0,5	0,5	16

Fonte: Dados do Ministério do Trabalho (RAIS).

3.1.3 Subsetor econômico Transportes e Comunicações

O subsetor Transportes e Comunicações, analisado na Tabela 5, está inserido na seção Transporte, Armazenagem e Correio, que compreende, entre outras atividades, o transporte de mercadorias, nas modalidades ferroviária, rodoviária, aquaviária, aérea e dutoviária, armazenamento de carga, gestão e operação de terminais rodoviários, ferroviários, portuários e aeroportuários (CNAE 2.0).

Durante os anos de 2015, 2016 e 2017, com o porto já em operação, verifica-se um importante crescimento no número de postos de trabalho, sendo que o maior volume de empregos foi atingido em 2017. Com 1.153 empregados, representou 13% de todos os empregos formais em SJB.

Ressalta-se que, entre os anos de 2008 e 2014, período de construção do porto, o setor de transporte foi aquecido na modalidade rodoviária. Isso se deu em virtude da necessidade de deslocamento de funcionários, que residiam em outros distritos de SJB e Campos dos Goytacazes, e do transporte de materiais para a obra. Com forte correlação com as atividades praticadas no Porto do Aço, apresentou expressivo crescimento local a partir da implantação do CPA.

Tabela 5 – Estoque de Emp. Formais – Subsetor Econômico Transporte e Comunicações

Transporte e Comunicações	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Part. no estoque local 2006 (%)	Part. no estoque local 2017 (%)	Evolução 2017/2006 (%)
S. J. da Barra	18	21	61	109	114	143	162	355	201	699	941	1.153	0,5	13	6.306
NF (x1000)	10	12	14	15	16	18	19	21	23	22	21	19	5,4	8,2	85
ERJ (x1.000)	226	245	259	272	290	316	333	345	353	336	316	298	6,7	7,4	31
BR (x1.000)	1.760	1.886	2.016	2.111	2.309	2.507	2.617	2.724	2.779	2.707	2.587	2.563	5,0	5,5	46

Fonte: Dados do Ministério do Trabalho (RAIS).

3.1.4 Subsetor econômico Administração Técnica Profissional

O subsetor Administração Técnica Profissional, analisado na Tabela 6, está inserido na seção “Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas”, que compreende as atividades especializadas profissionais, científicas e técnicas, nas quais se destacam os serviços de engenharia (CNAE 2.0).

Este subsetor econômico, que empregava apenas 44 pessoas em 2006, saltou para um total de 1.139 empregados, em 2017, e passou a representar 13% de todos os empregos formais em 2017. Em 2006, representava 1%.

Tabela 6 – Estoque de Emp. Formais – Subsetor Econômico Adm. Técnica Profissional

Adm. Técnica Profissional	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Part. no estoque local 2006 (%)	Part. no estoque local 2017 (%)	Evolução 2017/2006 (%)
S. J. da Barra	44	50	63	84	143	473	312	299	256	330	376	1.139	1,1	13	2.489
NF (x1000)	19	20	18	19	23	28	30	26	25	23	21	22	10	9,7	15
ERJ (x1.000)	460	494	535	553	598	609	657	657	651	607	548	533	14	13	16
BR (x1.000)	3.364	3.727	3.873	4.120	4.568	4.930	5.262	5.404	5.512	5.326	5.104	5.165	9,6	11	54

Fonte: Dados do Ministério do Trabalho (RAIS).

3.1.5 Subsetor econômico Alojamento e Comunicação

O subsetor econômico “Alojamento e Comunicação”, de acordo com a CNAE 2.0, se insere na seção “Alojamento e Alimentação”, e compreende as atividades de alojamento de curta duração e os serviços de alimentação para consumo imediato.

Este subsetor econômico apresentou, conforme a Tabela 7, crescimento de 116% comparando o estoque de empregos existentes, em 2017 (411 empregados), com o existente em 2006 (190 empregados), movimento bastante superior ocorrido na região, no estado e no País.

Faz-se necessário ressaltar que o maior volume de empregados nesse subsetor foi registrado em 2013, quando contava com 611 empregados. Neste mesmo ano, 2013, observa-se o registro do maior volume de empregos no setor Construção Civil, do período avaliado. Os dados sugerem uma relação direta entre esses subsetores, marcada pela necessidade de oferecer alojamento e alimentação para os trabalhadores inseridos nas atividades das obras de implantação do CPA.

Tabela 7 – Estoque de Emp. Formais – Subsetor Econômico Alojamento e Comunicação

Alojamento Comunicação	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Part. no estoque local 2006 (%)	Part. no estoque local 2017 (%)	Evolução 2017/2006 (%)
S. J. da Barra	190	209	277	287	358	428	538	611	580	591	470	411	4,8	4,6	116
NF (x1000)	12	23	24	14	15	16	16	18	19	18	17	16	6,6	6,9	26
ERJ (x1.000)	379	413	413	415	447	497	486	504	525	521	498	468	11	12	24
BR (x1.000)	2.973	3.132	3.312	3.461	3.703	3.913	4.036	4.156	4.318	4.298	4.184	4.139	8,5	8,9	39

Fonte: Dados do Ministério do Trabalho (RAIS).

3.1.6 Subsetor econômico Comércio Varejista

O subsetor Comércio Varejista, de acordo com a CNAE 2.0, compreende as atividades de revenda (venda sem transformação significativa) de bens de consumo novos e usados para o público em geral, preponderantemente para o consumidor final.

Como se observa na Tabela 8, este subsetor apresentou crescimento de 63% no seu estoque de empregos, comparando o ano de 2017 versus o ano de 2006. Embora tenha apresentado um aumento de empregos menor do que o índice de crescimento dos empregos totais de SJB, que foi de 126%, destaca-se por representar 8% dos empregos formais totais desse município.

Tabela 8 – Estoque de Emp. Formais – Subsetor Econômico Comércio Varejista

Comércio Varejista	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Part. no estoque local 2006 (%)	Part. no estoque local 2017 (%)	Evolução 2017/2006 (%)
S. J. da Barra	444	440	517	545	600	648	664	726	787	903	727	724	11	8,0	63
NF (x1000)	28	29	32	33	36	38	40	41	42	40	37	36	15	16	32
ERJ (x1.000)	541	575	603	621	666	698	720	740	751	733	706	690	16	17	28
BR (x1.000)	5.321	5.717	6.108	6.420	7.002	7.388	7.698	7.927	8.087	7.915	7.666	7.624	15	16	43

Fonte: Dados do Ministério do Trabalho (RAIS).

3.1.7 Subsetor econômico Administração Pública

Para o melhor entendimento deste subsetor, faz-se necessário o detalhamento das atividades nele contidas, de modo que se compreenda a sua abrangência e complexidade, desfazendo a imagem simplista de que este setor está relacionado somente à administração pública municipal e, portanto, vulnerável ao atendimento das ações políticas locais.

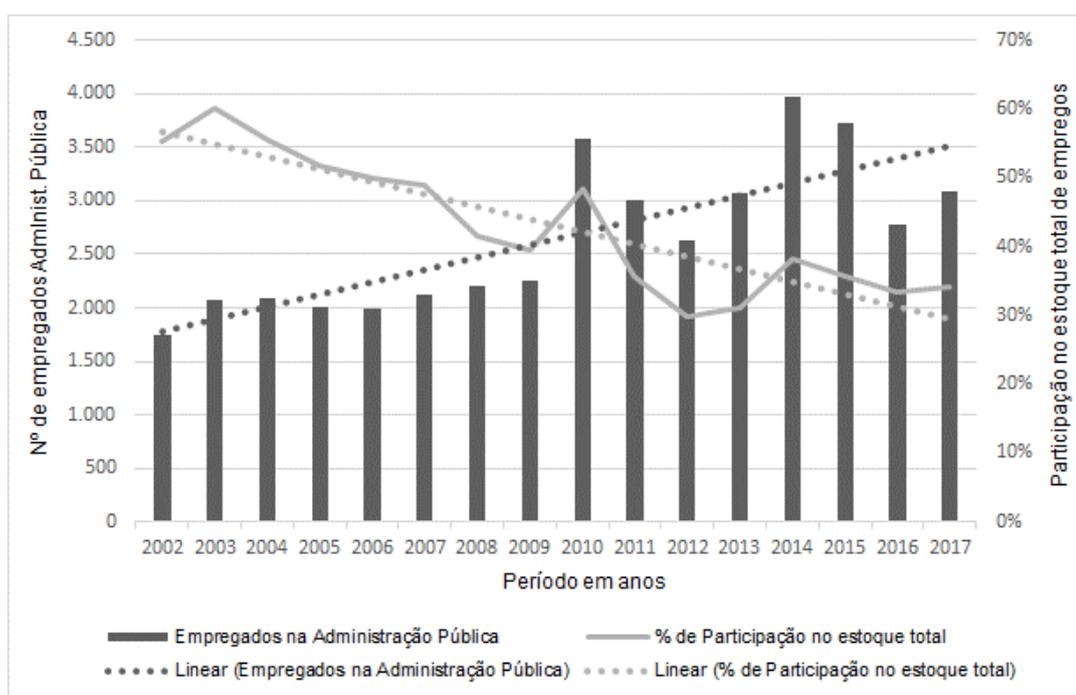
O subsetor Administração Pública compreende as atividades que são realizadas pela administração geral, nas três esferas de governo, inclusive atividades de defesa, justiça, relações exteriores, etc.; e a gestão do sistema de seguridade social obrigatória (CNAE 2.0).

Nesse subsetor, houve um aumento de 54% no estoque de empregos comparando o ano de 2017, que registrou 3.082 empregados, com o ano de 2006, quando empregava 1.997 pessoas.

Além do aumento significativo no número de empregados, este setor se destaca por representar a maior parte de todos os empregos formais de SJB durante dez dos 12 anos estudados. O Gráfico 1 mostra que, no ano de 2003, este setor foi responsável por aproximadamente 60% de todos os empregos formais do município. Em 2006, último ano antes do início das obras de implantação do CPA, concentrou-se nesse setor a metade de todos os empregados formais do município.

No entanto, pode-se observar uma significativa tendência de diminuição da participação desse setor na constituição do estoque total de empregos em SJB (linha laranja). Isso acontece em virtude da criação de novos postos de trabalho, sendo uma parcela importante deles, em subsetores econômicos que foram desenvolvidos a partir da implantação do CPA.

Gráfico 1 – Participação do Subsetor Econ. Adm. Pública no Estoque Total de Empregos



Fonte: Dados do Ministério do Trabalho (RAIS).

3.1.8 Subsetor econômico Construção Civil

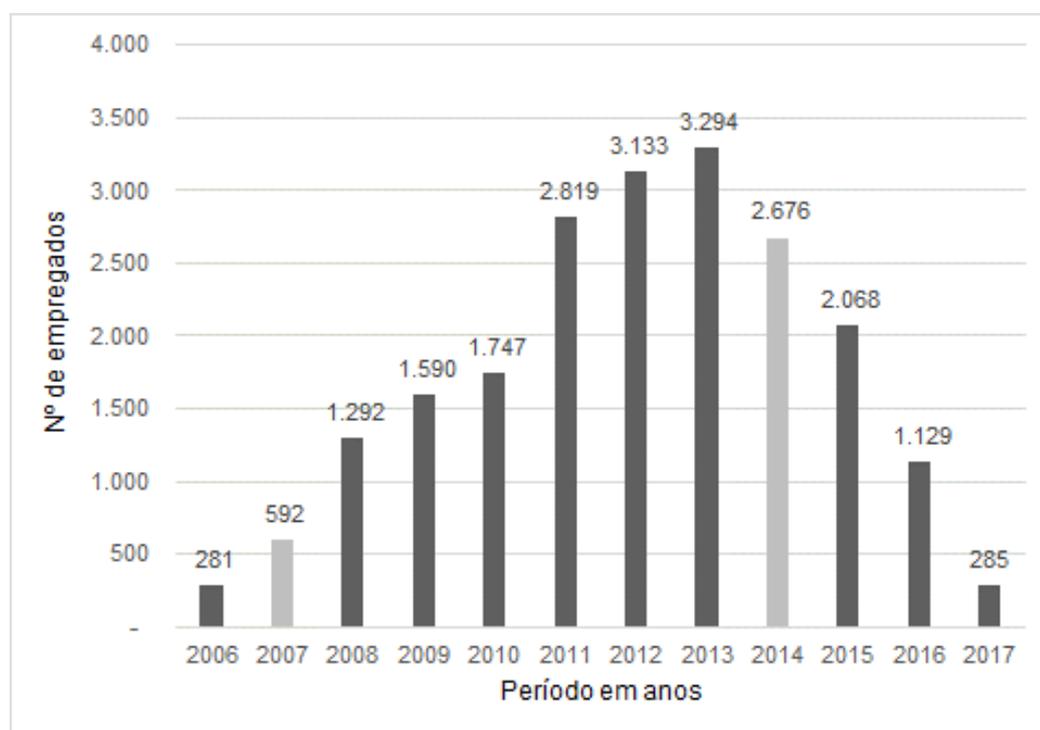
De acordo com a CNAE 2.0, o subsetor Construção Civil compreende a construção de edifícios em geral, as obras de infraestrutura e os serviços especializados para construção que fazem parte do processo de construção.

Esse subsetor, durante o período avaliado, no município de SJB, apresenta um comportamento já descrito na literatura que versa sobre a implantação dos GPIs, que

trata da formação da força de trabalho necessária para as obras civis de implantação do GPI e a imediata desmobilização de grande parte da força de trabalho, em especial os trabalhadores menos qualificados, com a conclusão das obras, e, conseqüentemente, criação de um grande contingente de desempregados.

De acordo com o Gráfico 2, no ano de 2006, ano que antecede o início das obras de implantação do CPA, esse setor empregava 281 pessoas. Em 2007, com o início das obras, esse setor já apresentou incremento. A partir de então, o estoque de empregados formais na Construção Civil de SJB registrou crescimento contínuo até atingir seu pico em 2013, com 3.294 empregados. A partir do ano de 2014, quando o CPA iniciou suas operações, iniciou-se a desmobilização da força de trabalho empregada nas obras civis. A redução do quantitativo de empregados se manteve nos anos seguintes, chegando, no ano de 2017, com 285 empregados nesse setor, retornando, assim, ao mesmo patamar existente no ano de 2006.

Gráfico 2 – Evolução do Estoque de Emp. Formais no Subsetor Econ. Const. Civil



Fonte: Dados do Ministério do Trabalho (RAIS).

4 COMPORTAMENTO DA RENDA DO TRABALHADOR FORMAL DE SJB

A análise da renda do trabalhador formal de SJB se dá como forma de observar se, além do aumento no número de empregos, também está ocorrendo melhoria no perfil do emprego ofertado. Para tanto, será usado o modelo de agrupamento de faixas salariais, que teve como referência a estrutura utilizada pelo IBGE no Censo 2010, intitulado “Classes de Rendimento Nominal Mensal no Trabalho Principal”.

De acordo com a Tabela 9, que trata da distribuição dos trabalhadores formais de SJB em faixas salariais de acordo com suas rendas, em salário mínimo, nota-se que, ao comparar os dados de 2017 com os dados de 2006, houve ampliação na representatividade das três faixas salarias mais elevadas. Essas faixas, que se iniciam com trabalhadores com renda acima de cinco salários mínimos, tiveram, no período avaliado, os maiores crescimentos relativos e representaram juntas, em 2017, 17,1% de todos os empregados formais do município. Em 2006, essas faixas representavam apenas 4,7%. Em um movimento contrário, a faixa salarial até dois salários mínimos, na qual se concentra a maior parte dos trabalhadores formais, perdeu representatividade. Em 2006, 58% de todos os empregados do município se concentravam nessa faixa. Já, em 2017, esta representatividade foi reduzida para 45%.

Nota-se ainda que as faixas de remuneração mais elevadas apresentaram seus maiores incrementos durante os principais anos de implantação do CPA, que são 2011, 2012 e 2013, e se consolidaram a partir do início das operações portuárias, em 2014. Os dados analisados revelam que a chegada desse empreendimento, além de viabilizar a abertura de numerosos postos de trabalho, promoveu um aumento expressivo na renda dos trabalhadores formais em SJB.

Tabela 9 – Renda dos Empregados Formais em Salário Mínimo – São João da Barra

Faixa Remun. Média (SM)	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Part. em SJB 2006 (%)	Part. em SJB 2017 (%)	Evolução 2017/2006 (%)
Até 2,00	2.299	2.579	2.769	3.061	4.470	4.544	4.305	4.458	4.526	4.601	3.816	4.073	58	45	77
2,01 a 5,00	1.402	1.422	2.073	2.080	2.247	2.922	3.303	3.993	4.194	4.049	3.215	3.257	35	36	132
5,01 a 10,00	146	173	262	341	413	573	634	882	1.039	1.013	724	902	3,7	10	518
10,01 a 20,00	35	57	82	114	144	217	339	406	487	541	373	473	0,9	5,3	1.251
Mais de 20,00	7	11	20	26	26	92	207	46	59	112	86	169	0,2	1,9	2.314
São João da Barra	3.994	4.360	5.312	5.715	7.397	8.426	8.873	9.891	10.415	10.449	8.362	9.007	100	100	126

Fonte: Dados do Ministério do Trabalho (RAIS).

5 PERFIL DE ESCOLARIZAÇÃO DO TRABALHADOR FORMAL DE SJB

A análise deste quesito visa compreender se o novo mercado de trabalho que se desenvolve em SJB está influenciando, de alguma forma, no perfil de escolarização do trabalhador formal sanjoanense. Nesse aspecto, os dados da Tabela 10 revelam que, nos últimos dez anos, houve uma importante redução no número de empregados nos níveis mais elementares de educação, como o Analfabeto e com Fundamental Incompleto. Por outro lado, ocorreu crescimento no número de trabalhadores nos graus mais avançados de escolaridade, como o Médio Completo e o Superior Completo.

Em 2017, os trabalhadores dos níveis de escolaridade Médio Completo e Superior Completo representaram aproximadamente 70% de todos os trabalhadores formais do município. Em 2006, estes dois grupos representavam apenas 41%. Este crescimento se dá com o início da implantação do Porto do Açú, com incrementos superiores a partir de 2014, ano de início das operações portuárias no Açú. Nota-se também avanço no número de mestres e doutores. Em 2017, foram 98 trabalhadores, enquanto, em 2006, não existia registro nestes níveis de escolaridade.

É possível afirmar que esse avanço no nível de escolaridade do trabalhador formal sanjoanense mantenha relação com as empresas que se instalaram no CPA. Atuando em segmentos de petróleo e gás, indústria de transformação, operação portuária, transporte marítimo de cargas e serviços de engenharia, estas empresas trouxeram para a região, além de empregos, elevadas exigências de qualificação profissional, capazes de sustentar seus projetos e operações.

Tabela 10 – Grau de Escolaridade dos Empregados Formais – São João da Barra

Escolaridade	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Partic. em SJB 2006 (%)	Partic. em SJB 2017 (%)	Evolução 2017/2006
Analfabeto	72	55	41	25	32	38	16	14	11	15	10	6	1,8	0,1	-92
Fundamental Incomp.	1391	1495	1659	1625	2047	1769	1682	1856	1629	1455	1172	1096	35	12	-21
Fundamental Completo	893	982	1402	1506	2008	1575	1587	1924	1891	1861	1457	1522	22	17	70
Médio Completo	1.294	1.425	1.759	1.966	2.486	4.168	4.232	4.653	4.505	4.266	3.704	4.138	32	46	220
Superior Completo	344	403	451	592	822	868	1.334	1.439	2.273	2.783	1.929	2.147	8,6	24	524
Mestrado/Doutorado	0	0	0	1	2	8	22	5	106	69	90	98	0	1,1	-
São João da Barra	3.994	4.360	5.312	5.715	7.397	8.426	8.873	9.891	10.415	10.449	8.362	9.007	100	100	126

Fonte: Dados do Ministério do Trabalho (RAIS).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo revela que, a partir da implantação do Complexo Portuário do Açú, o mercado de trabalho de SJB transformou-se de maneira positiva, baseado na criação de novos postos de trabalho, de qualidade superior aos existentes no passado, muitos deles em setores produtivos inexistentes no município. Este movimento ganha ainda mais importância por ocorrer em um momento onde o mercado de trabalho nacional apresenta um cenário dramático de desemprego.

Considerando o estoque total de empregos formais no ano de 2017 versus o existente no ano de 2006, SJB apresentou crescimento de 126%. Este percentual significou um acréscimo de 5.013 novos empregos formais. Os dados revelam um movimento diferente e isolado daqueles ocorridos na região, no estado e no País.

Outro aspecto que se mostrou relevante nesta transformação do mercado de trabalho deste município foi a evolução da renda do trabalhador formal. As faixas mais elevadas, que se iniciam com trabalhadores com rendas a partir de cinco salários mínimos e ultrapassam os 20 salários mínimos, tiveram os maiores crescimentos relativos e ganharam representatividade. Ao contrário da faixa salarial de até dois salários mínimos, que perdeu representatividade. A chegada desse empreendimento, além de viabilizar a abertura de numerosos postos de trabalho, promoveu um aumento expressivo na renda dos trabalhadores formais, resultando, em última análise, na criação de empregos de qualidade superior, caracterizados por melhores remunerações, com a garantia de direitos trabalhistas, quando comparados aos existentes antes da chegada do porto.

Em relação ao perfil de escolarização dos trabalhadores formais de SJB os dados revelam que, nos últimos dez anos, houve redução no número de empregados nos níveis mais elementares de educação, como o Analfabeto e com Fundamental Incompleto, e que, por outro lado, ocorreu crescimento no número de trabalhadores nos graus mais avançados de escolaridade, como Médio Completo e Superior Completo. Destaca-se também o avanço no número de Mestres e Doutores, níveis de escolaridade não encontrados entre os trabalhadores formais deste município até 2008. O avanço no nível de escolaridade do trabalhador formal de SJB mantém estreita relação com as novas empresas instaladas no Complexo Portuário do Açú. Atuando em segmentos de alta tecnologia, trouxeram para a região elevadas exigências de qualificação profissional, capazes de sustentar suas operações.

Sobre o município de São João da Barra, é possível afirmar que continuará sofrendo alterações econômicas e sociais, dado que o Complexo Portuário do Açú está, conforme observado nesta pesquisa, em pleno desenvolvimento. O cenário indica que novos setores produtivos continuarão sendo desenvolvidos, atraindo, para este município, centenas de trabalhadores.

Acredita-se que novos estudos sejam necessários para assegurar o conhecimento sobre os rumos do emprego em SJB, tornando possível a viabilização de estratégias que permitam ao município e aos sanjoanenses usufruírem de um futuro que parece se desenhar promissor em relação à criação de emprego e renda.

REFERÊNCIAS

MAIA, Dayanne Vieira. **Porto do Açú: uma análise de conteúdo das notícias na mídia impressa regional**. 2016. 101 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade) – Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2016.

MONIÉ, Frédéric; VIDAL, Soraia Maria do S. C. **Cidades, portos e cidades portuárias na era da integração produtiva**. RAP, Rio de Janeiro, v. 40, n. 6, p. 975-95, nov./dez. 2006.

PIQUET, Rosélia. **Reestruturação do Espaço Regional e Urbano no Brasil: o papel do Estado e dos grandes investimentos**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1993.

PIQUET, Rosélia. **Indústria e Território no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2007.

PIQUET, Rosélia. Porto do Açu: vetor de crescimento para o Norte Fluminense? **Boletim Petróleo, Royalties e Região**. Ano VII, n. 26, dez. 2009.

PIQUET, Rosélia Perissé da Silva. **Indústria do petróleo e dinâmica regional: reflexões teórico-metodológicas**. Petróleo e Região no Brasil: o desafio da abundância. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2007.

PIQUET, Rosélia; SHIMODA, Eduardo. De braços abertos: as expectativas quanto aos impactos do Porto do Açu. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 121-137, n. 2014.

PRUMO LOGÍSTICA; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). **Catálogo de Fornecedores** – Comitê de Suprimentos do Complexo Portuário do Açu, 2016.

RANGEL, Hevilmar Carneiro. **Complexo Portuário do Açu: impacto do empreendimento no município de São João da Barra**. 2012. 192 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade) – Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2012.

VAINER, Carlos; ARAÚJO, Frederico Guilherme B. de, **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.